

A MORFOLOGIA URBANA DE PADRÃO GEOMÉTRICO NA IDADE MÉDIA

É frequente considerar a Idade Média como um período de morfologia urbana irregular, em que as cidades se desenvolvem por acrescentos sucessivos, sem obedecer a qualquer concepção prévia: a planta regular clássica aparece como um ideal que só o Renascimento retomaria. Tal ideia não pode admitir-se ao considerarmos na Baixa Idade Média áreas de colonização recente ou em vias de reestruturação, onde é possível encontrar vários exemplos de povoações planeadas segundo um padrão morfológico geométrico. Assim acontece com as «bastides» ⁽¹⁾ do Sul da França, Leste da Alemanha e em parte do Sul da Itália, Sicília e Espanha, em particular na região fronteiriça Aragão-Navarra.

Embora com plantas diferentes, estas cidades apresentam certo número de características comuns: a sua criação situa-se entre os séculos XII e XIV, em regiões pouco povoadas e de instabilidade política, recentemente conquistadas ou aproveitadas, a que os detentores procuram atrair populações mediante a outorga de privilégios; obedecendo a diferentes esquemas, por vezes modificados por necessidades de adaptação à topografia — a maior parte deste tipo de cidades situa-se em pontos altos —, a planta é sempre regular, segundo linhas geométricas; apresentam, frequentemente, uma muralha en-

volvante (circular, oval ou rectangular) e um certo número de portas donde partem ruas directas a uma praça central; são de pequenas dimensões, contando nos casos mais frequentes de 1000 a 2000 habitantes.

Não é fácil determinar em qual das regiões se verificou mais cedo este tipo de ocupação. FREDERICK HIORNS ⁽²⁾ aponta três possíveis criadores das «bastides»: o imperador Frederico III, fundador de Terra Nova, no Sul da Sicília, e de Áquila, nos Abruzos, ambas na primeira metade do século XIII e segundo esquemas rectangulares; o rei Luís IX de França, durante cujo reinado se levantou grande número de «bastides» no Sul da França, quer por iniciativa real (Aigues-Mortes, a primeira e mais notável), quer de Afonso de Poitiers, irmão do rei (Montflanquin e Villeneuve-sur-Lot, por exemplo), ou ainda de outros senhores, nobres ou eclesiásticos; e, por último, o rei Eduardo I de Inglaterra, a quem se devem várias cidades deste tipo no Sudoeste da França (Gasconha e Guiena) durante o século XIII. É o caso de Libourne, cuja carta de constituição de cidade foi assinada por Eduardo I em 1270, embora fosse fundada por Roger de Leybourne — daí o seu nome —, que foi também o construtor de Cadillac, um dos mais belos exemplos de «bastide».

Quanto à Espanha, não encontramos referências nos autores franceses e de língua inglesa e só L. TORRES BALBAS ⁽³⁾ nos forneceu algumas achegas. Em Aragão, Navarra, e mesmo Leão, Castela e Portugal, a escassez de população obriga os monarcas a atraírem povoadores estrangeiros, de além Pirenéus — francos, flamengos, alemães e ingleses —, para povoar os territórios reconquistados. Em relação ao Norte de Espanha essa necessidade é ainda mais específica: importava criar uma classe burguesa (artesãos, mercadores, estalajadeiros), talvez porque a permanência muçulmana fora curta e não se chegara a formar uma população com modos de vida urbana, além de que, como a peregrinação a Compostela tomava incremento, se impunha a existência

⁽¹⁾ Apesar do termo «bastide», que foi utilizado em toda a Idade Média na aceção de fortaleza — em Portugal, por exemplo (Dicionário de MORAIS) —, designar apenas no Sul da França o tipo de cidades a que nos referimos, em consequência da unidade real que existe nas diferentes regiões onde ele se desenvolveu, utilizaremos frequentemente a palavra «bastide» no sentido mais lato.

⁽²⁾ FREDERICK HIORNS, *Town Building in History*, p. 122, Londres, 1956.

⁽³⁾ LEOPOLDO TORRES BALBAS, «La Edad Media», in *Resumen Historico del Urbanismo en España*, Madrid, 1954.

duma estrutura que apoiasse o peregrino que se dirigia ao lugar santo.

Dado que uma parte destes colonos estrangeiros são oriundos das regiões vizinhas do Sul da França, seria natural admitir-se que tenham trazido consigo e implantado em Espanha o esquema da «bastide». Acontece, porém, que as primeiras «bastides» erguidas no Sul da França datam do século XIII e, mesmo considerando Montauban dentro deste tipo, não recuaremos além de 1144; enquanto Sangüesa e Puente la Reina, duas fundações de Afonso, o *Batalhador*, ambas de planta regular e situadas no Caminho de Santiago, substituíram antigas aldeias próximas, a partir dos primeiros anos do século XII. No entanto, os dados conhecidos até hoje não são de molde a tirar conclusões definitivas. Um estudo comparativo, em pormenor, do urbanismo no Sul da França e Norte de Espanha ainda está por fazer.

Outro aspecto que nos parece de interesse abordar é o do reaparecimento dum traçado geométrico da cidade, após alguns séculos em que a urbanização, se não foi obra do acaso, obedeceu apenas a duas ou três determinantes, que observam necessidades de ordem militar ou económica, mas nunca a preocupação de construir uma obra com unidade.

Parece incontestável que, sempre que num dado momento há um grande afluxo de gente a um local, é mais fácil dirigir a construção, quer duma nova povoação, quer dum subúrbio ⁽⁴⁾. Sem dúvida que a forte concorrência de colonos, quer alemães que se estabeleciam além do Elba, quer de meridionais da França que se agrupavam ou estrangeiros que afluíam a Espanha, ajuda a compreender esta onda de planeamento urbano; mas, por si só, não explica a sua eclosão, tanto mais que faltava uma tradição imediata. Tentaram-se, no entanto, algumas possíveis linhas de explicação. Assim, DICKINSON ⁽⁵⁾ aproxima algumas plantas de «bastides», aquelas que LAVEDAN considera mais toscas — as dos seus

⁽⁴⁾ E a prova é-nos dada mesmo dentro dos exemplos que tratamos. No médio Elba, onde o processo de ocupação foi mais lento, as plantas das novas cidades oferecem já um traçado menos regular, contrastante com regiões vizinhas, colonizadas sensivelmente na mesma época.

⁽⁵⁾ R. E. DICKINSON, *The West European City*, 1.^a ed., 1951; 2.^a ed., Londres, 1962, p. 357.

grupos *a* e *b* —, das plantas das catedrais fortalezas que emergem na Idade Média. Por outro lado, L. TORRES BALBAS considera que a tradição da planta regular se conservou ao longo da Idade Média nos acampamentos militares. Escuda-se este autor em «Las siete partidas», de Afonso, o *Sábio*, onde se ensina «como debe ser aposentada la hueste...» e «... que es así como la puebla de la villa», explicando ainda Afonso X como se faz a disposição, a partir dum elemento central — a tenda do senhor — e sempre obedecendo a uma ordenação regular: «si fuera longa deben dexar una calle en medio toda derecha; et si fuere quadrada deben dexar dos o fasta quatro, las unas en luengo et les otras en traviesse» ⁽⁶⁾.

Sem dúvida que numa época em que os assédios eram longos impunha-se o estabelecimento de ordem nos acampamentos. Por exemplo, no cerco que Fernando III fez a Sevilha em 1248, quando da sua conquista, o acampamento constituía uma verdadeira cidade, com praças e ruas, que apresentam especialização de funções — a dos cambistas, das especiarias, das roupas, dos medicamentos, etc., «cada uno sus calles departidas, cada unas por orden compasadas, et apuestas e bien ordenadas» ⁽⁶⁾.

Importa ainda distinguir nestas cidades as que foram implantadas de novo e as que não são mais que antigas povoações remodeladas, procurando sublinhar as diferenças que apresentam, consoante as várias regiões e a sua ligação, com as fases e técnicas da colonização. Assim, no Sudoeste da França muitas das «bastides» edificadas, quer sob a égide de ingleses, quer de franceses, foram continuar aldeias rurais ou fortalezas preexistentes. É o caso de Montcabrier, construída em 1297, mas que possuía um castelo do século XII; ou de Saint-Aulaye, «bastide» levantada em 1288, num local já habitado, de que persistem duas igrejas do século XII. Não obstante, ainda no Sudoeste da França encontramos muitas outras «bastides» que foram fundadas em locais ermos; a própria toponímia ajuda-nos a definir a novidade do empreendimento e fornece elementos respeitantes às características das novas fundações: Labastide-Murat, Villeréal

⁽⁶⁾ L. T. BALBAS, *idem*, p. 51.

(fundada em 1265), Villeneuve-sur-Lot (1264), Villefranche-de-Rouergue, Villefranche-du-Périgord.

Por outro lado, no Sul da França parece ter havido antes uma reestruturação geral do que uma colonização de terras novas, com gente vinda do exterior. Com efeito, encontramos referências a uma vida campesina activa por toda a região, a que provavelmente se ligava um povoamento rural, quer por casais dispersos, quer por aldeias, resultantes na sua maioria duma colonização antiga por parte de entidades religiosas. Num período posterior (principalmente no século XIII), devido antes de tudo a necessidades de defesa — notemos que as «bastides» são em maior número na região Garonne-Dordogne, que era disputada por ingleses e franceses —, dá-se um surto de agrupamento em cidades fortificadas, que passavam a acumular funções de exploração rural com outras de teor urbano: comércio e indústria. Poderemos juntar ainda que desta forma o rei ou os senhores viam aumentar os seus rendimentos, factor que também deve ter pesado neste surto de novas cidades.

As «bastides» do Sul da França apresentam diferentes tipos de planta que quase sempre se repetem, denotando a possível existência de diferentes arquitectos nesta época. Situam-se, quase sempre, em sítios naturalmente defensáveis, por vezes envolvidas por uma muralha, onde se abrem portas em número que depende da sua importância. As ruas, rectilíneas, cruzam-se segundo ângulos rectos, demarcando blocos rectangulares de casas. Numa posição central, de fácil acesso tanto aos moradores como aos forasteiros, uma praça também de forma rectangular, com arcadas ou alpendres nos exemplos mais acabados, e que desempenhava as funções de centro comercial, de convívio e de local de manifestações públicas. A igreja não ficava geralmente instalada neste espaço, mas abria-se num pequeno terreiro próximo, como é o caso de Monpazier, «bastide» fundada em 1284 por Eduardo I (fig. 1).

As ruas apresentam construções dum lado e doutro, de forma contínua, o que era estipulado nas cartas de criação da cidade, onde eram também discriminados os privilégios e deveres dos seus habitantes. Assim, a carta outorgada a Sauveterre de Guyenne em 1281 obriga cada morador a

construir em toda a frente do seu loteamento, fixando mesmo um máximo de altura para as casas. Nota-se portanto a intenção de realizar uma obra com unidade, que não possibilita as plantas aberrantes. Os espaços verdes da cidade eram constituídos pelos quintais, que todas as casas possuíam nas traseiras.

Não importa menos conhecer as actividades dos habitantes destas «bastides» do Sul da França. São ainda as cartas de privilégios que nos informam. Se uma parte da população se dedicava ao comércio e ao artesanato, portanto funções urbanas, a maior parte vivia da agricultura. Deste modo, cada habitante, cujas funções eram rurais, recebia, além do seu lote para construção da casa dentro da cidade, uma porção de terra arável, um terreno de pastagem e, por vezes, era-lhe determinado onde deveria situar o pomar ou a vinha. Por outro lado, a defesa da floresta não é descuidada, pois, em numerosos casos, as autoridades devem sancionar o abate de árvores, que não podia fazer-se sem prévia autorização.

Como já referimos, também a colonização das terras para além do Elba, por parte dos Alemães, feita segundo um planeamento tanto no que respeita ao mundo rural como ao urbano, levou à construção, durante o século XIII, de núcleos com uma planta regular, como Prenzlau (fig. 2), Wittenberon-Elbe, Soldin.

Embora saibamos da existência de descrições minuciosas de como estas cidades se erguiam, não nos foi possível, por enquanto, a obtenção de tais elementos; podemos, contudo, através das obras consultadas, chegar a algumas conclusões. Uma primeira diferença parece existir em relação ao Sul da França. Enquanto aqui não parece ter sido um forte afluxo de gente doutras regiões que originou a reorganização do território, nas terras de além Elba os colonizadores foram

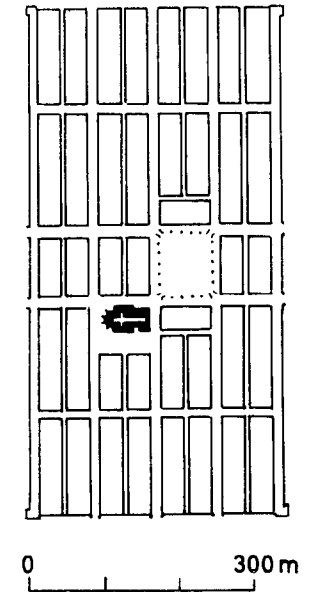


Fig. 1 — Monpazier (França).

fundamentalmente grupos de alemães vindos de Oeste — onde o aumento de produção agrícola e as novas arroteias não compensavam o lento, mas constante, aumento demográfico ⁽⁷⁾.

O responsável pelo convite a povoadores é-o também pela sua direcção e instalação nas novas terras. Só depois de levantado um muro de terra ou paliçada provisória, que provê às primeiras necessidades defensivas, se vai erguendo a povoação definitiva. L. HUMFORD chama a atenção para a identidade de métodos com os mais tarde utilizados nas fundações da América do Norte quando do avanço para o Oeste ⁽⁸⁾.

Outra diferença flagrante distingue estes núcleos urbanos das «bastides» francesas. Talvez devido à sua maior autonomia, as cidades alemãs apresentam funções administrativas e de relação mais vastas, facto que se reflecte na organização da praça central, geralmente com as mesmas dimensões dos blocos delimitados pelos arruamentos, que, além do centro

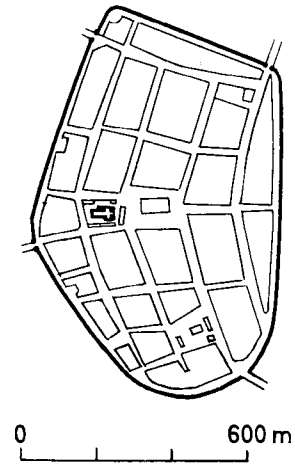


Fig. 2 — Prenzlau
(Alemanha).

social e local de mercado, agrupava ainda a câmara municipal, igreja e casas de corporações.

A estrutura da população nestas cidades alemãs era idêntica à das «bastides» francesas: sectores agrícola, artesanal e comercial; no entanto, a intensidade de trocas era

⁽⁷⁾ ARTHUR KORN, *History Builds the Town*, Londres, 1953, p. 49.

⁽⁸⁾ L. MUMFORD, *La Cultura de las Ciudades*, 2.^a ed., Buenos Aires, 1957, p. 37. Os Portugueses utilizavam método semelhante quando se estabeleciam em fortalezas na costa marroquina. Um castelo de madeira transportado de Portugal era erguido no local onde ficaria a fortaleza e só depois, dentro daquele, se erguia esta em pedra e cal. Quando da construção de Mamora, 1515: «Nessa noite em lugar conveniente, a meia légua da foz do rio, na sua margem esquerda, procedeu-se ao desembarque de parte da gente e de uma vila de madeira, com seus baluartes e torres, que ia na armada, para dentro dela se fazer uma de pedra e cal muito forte»; (DAVID LOPES, «Os Portugueses em Marrocos», *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. III, p. 536). Também o autor da «Notícia que se dá da origem e principio que Teve Esta praça»,

maior, resultado talvez duma maior diferenciação entre os vários sectores de actividade, donde resulta posterior desenvolvimento destes núcleos em verdadeiros centros regionais.

Em Espanha, os primeiros exemplos de planeamento urbano medieval aparecem nas regiões fronteiriças entre Aragão e Navarra, embora mais tarde surjam também em Castela, no Levante e na Andaluzia.

A maioria das cidades planeadas nesta época em Aragão e Navarra foi criada pelos reis, que a elas procuravam atrair povoadores estrangeiros, os quais, como afirma TORRES BALBAS, deveriam ser o fulcro duma futura classe média de burgueses. Pelo menos no que respeita a Sangüesa e a Puente la Reina (fig. 3), ambas no Caminho de Compostela, que aquele autor analisa com certo pormenor, não estamos em presença de núcleos novos de colonização, mas de fundações que deviam substituir outras existentes, que já não poderiam satisfazer as novas necessidades. Uma como a outra são como que o desdobramento de antigas povoações, feito por Afonso, o *Batalhador*, que aí chama povoadores aos quais outorga privilégios. Ambas se vão situar junto de pontes que serviam os peregrinos de Compostela, processo semelhante ao que ainda hoje se verifica do deslocamento de antigas povoações em direcção às novas vias de comunicação.

Sangüesa apresentava um perímetro de muralhas de forma oval, com uma via central, rectilínea — o Caminho de Santiago; outras ruas, que embora não lhe sendo rigorosamente paralelas seguem a mesma direcção e com aquela, são cortadas por

publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Revista de História*, vol. III, 1919, pp. 49-66, nos diz, a propósito da primeira fortaleza de Mazagão, levantada pelos irmãos Melo, do Algarve, que haviam fugido do Reino após grave crime: «...fabricarão hum Castelo Rial de madeira junto ao mar...» O mesmo se passava com Santa Cruz do Cabo Guer «...e logo se determinou a assentar ali mesmo um castelo de pao, que já trazia de bordo ordenado e feito» (JOAQUIM FIGANIER, *História de Santa Cruz do Cabo Guer*, Lisboa, 1945, pp. 30-31). Na região onde estão as ruínas do Castelo de Aguz corre ainda hoje uma lenda segundo a qual numa noite, entre o pôr e o nascer do sol, levantada pelos anjos, apareceu a fortaleza dos portugueses (cf. Paul-Antoine Ervin, «L'Architecture Portugaise au Maroc et le Style Manuelin», *Bulletin d'Etudes Portugaises*, 1942, pp. 6-9).

transversais quase perpendiculares, delimitando assim grupos de blocos de forma aproximadamente rectangular (9).

Também nesta região uma legislação especial incide sobre a construção das casas: no foral que em 1121 Afonso, o

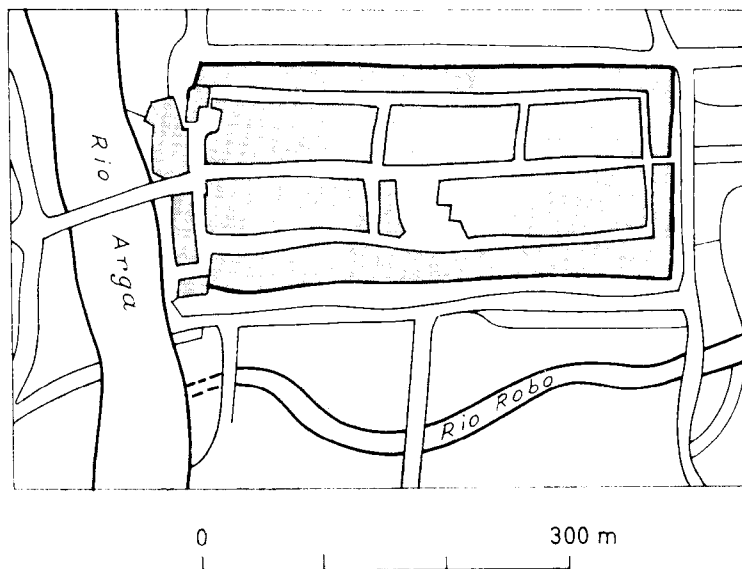


Fig. 3 — Puente la Reina (Espanha).

Batalhador, outorga a Puente la Reina indica-se que os moradores deveriam levantar as melhores casas que pudessem, e todo aquele que não fizesse a sua no prazo de um ano e um dia era punido em 60 soldos. Puente la Reina evidencia um perímetro rectangular, muralhado, onde se abrem duas únicas portas, nos extremos da rua central, que é também um troço do Caminho de Compostela. A Nascente e a Sul correm o Rio Argo e o seu afluente Robo, que constituem dois fossos naturais.

(9) Isto contraria DAN STANISLAWSKI, quando afirma que os Espanhóis não tiveram nada semelhante às «bastides» francesas e inglesas e que «A ideia de que uma cidade deveria ser estabelecida de acordo com um padrão preconcebido era estranha a um espanhol» (DAN STANISLAWSKI, «Early Spanish Town Planning in the New World», *Geographical Review*, 1947, pp. 94-105).

* * *

Em Portugal nunca se construíram «bastides» do tipo francês ou inglês, em que se estabelece um rígido geometrismo e se procura uma obra completa em si mesma, criando-se mesmo uma monumentalidade que nos tenta a falar de um pré-renascimento da planta hipodâmica. No entanto, o rei D. Dinis é um rei planeador de aglomerações, como bem o refere o cronista Rui de Pina: «Este Rei, em seu tempo, fez quasi de novo tôdas as vilas e castelos de Riba de Odiana ...» e entre muitos castelos que fez, vilas que cercou e melhorou «... fez o Redondo e o Assumar»; «E fêz, de novo, e do primeiro fundamento, Vila-Real ...» à semelhança das «Ville-Réal» do Nordeste da França, bem como Salvaterra, que lembra também as «Sauvaterre», nome de várias «bastides» francesas, e ainda «... fez a Rua Nova de Lisboa ...» (10).

O contexto político, social e económico que levara ao aparecimento destas aglomerações planeadas não é basicamente diferente do das «bastides» francesas ou alemãs. Ao mesmo tempo que melhorava as condições de defesa da região, o rei tinha facilitado a colecta dos impostos, simplificando a comercialização dos produtos e a administração civil, religiosa e militar. Infelizmente não dispomos ainda de documentação interpretativa que nos permita conhecer as actividades da população, além dos trabalhos dos campos, do tipo de propriedade, da forma como eram distribuídos os lotes, para construção dentro do povoado e para agricultura fora dele, sobre as dimensões das casas, sobre o próprio desenho da planta da aglomeração e possíveis autores, tipos e formas de comércio e indústria. No entanto, estamos em crer que terá existido uma certa identidade com as construções do mesmo tipo que surgiram em regiões em vias de colonização ou de reorganização.

Conhece-se algo sobre os esforços feitos e privilégios concedidos pelos nossos primeiros reis para chamar colonos a áreas fronteiriças ou mesmo atractivas. Os povoadores eram

(10) RUI DE PINA, *Crónica de D. Dinis*, cap. XXXII, ed. Livraria Civilização, Biblioteca Histórica — Série Régia. Porto, 1945, pp. 322-323.

frequentemente criminosos nos chamados coutos de homiziados, fundados ao longo da fronteira, ou estrangeiros em áreas de charnecas, como na Azambuja. Mas faltam elementos de mais pormenor sobre a própria organização das aglomerações, no género deste, que encontrámos num autor regional, referente a Vila Viçosa no tempo de D. Dinis: «... apenas se concedia terreno para duas casas de fundo sem quintal ...» ⁽¹¹⁾.

Enquanto não for possível dispor de tais elementos, ficamos apenas pela análise da morfologia dalgumas povoações.

Do exame da planta de uma série de vilas portuguesas fundadas no reinado de D. Dinis, na sua maior parte próximas da fronteira ou em áreas despovoadas, encontrámos frequentemente um padrão geométrico que as assimila a fundações da mesma época e de idêntico significado noutros países da Europa, não deixando dúvidas sobre a sua intencionalidade e modernidade.

Do momento em que o traçado geométrico da planta urbana é conhecido, parece-nos necessária a existência de dois factores para que ele possa ser aplicado: a existência, no local, de um número razoável de habitantes a instalar, e um poder central suficientemente forte para impor um plano de conjunto. Assim acontece nas colónias gregas, durante o Império Romano, nas colónias espanholas da América, na Escandinávia dos séculos XVI e XVII. O reinado de D. Dinis representa um momento de fortalecimento do poder central, na continuação dum processo que podemos dizer se iniciara com D. Afonso Henriques e tivera um momento alto nas disputas de Afonso II com a Igreja e grandes senhores, mesmo da sua família. Em terras de conquista recente ou por colonizar, o rei não tinha dificuldade em fazer acatar a sua vontade. Mas a força do poder central está, no que se relaciona com o planeamento urbano, bem patente, sobretudo na criação de Vila Nova de Cerveira e no rasgar da Rua Nova de Lisboa. Para fundar a vila minhota, o rei precisa de trocar por terras reais uma série de courelas particulares ⁽¹²⁾ e provavelmente

⁽¹¹⁾ JOAQUIM ESPANCA, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, Redondo, 1892.

⁽¹²⁾ J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Elementos para a História Económica de Portugal — Séculos XII a XVII*, ed. Lisboa, 1967, p. 19.

terá utilizado o mesmo método em relação à propriedade privada existente, para poder abrir a única via moderna de Lisboa até 1755.

As vilas fundadas naquele reinado cuja planta analisámos localizam-se na parte oriental da província do Alentejo, área onde o número de criações urbanas da época é maior. O seu traçado tem sempre em conta as necessidades de defesa como de administração civil e religiosa.

Nos casos mais frequentes temos uma rua central, rectilínea, que liga duas pontas da muralha, como no Redondo, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo mais facilmente defensável da aglomeração — caso de Monsaraz ou Alegrete. Sensivelmente a meio desta rua central, que nos casos mais desenvolvidos é cortada por travessas segundo ângulos rectos, abre-se um largo, ao qual quase já se poderia chamar praça. O eixo central pode ter ainda uma ou duas ruas, menos importantes e menos largas, que lhe são paralelas, como acontece em Vila Viçosa ou Monsaraz. Note-se que o Largo Central fica sempre marginal à rua principal, esta nunca o atravessa, apenas o limita de um dos lados. Temos aqui uma primeira fase da passagem do largo, que nascera do alargamento da rua por necessidades funcionais, à praça. Esta, servindo de maneira apropriada as funções que nela se devem instalar, representa já uma outra dimensão morfológica, que só aparecerá no Renascimento.

Analisemos um pouco mais de perto algumas povoações por nós estudadas e onde se podem encontrar as características acima referidas, embora com certas dissemelhanças provenientes da situação, dimensões do aglomerado, funções predominantes ou das transformações sofridas. Em todos os casos a contemporaneidade está bem patente nalgumas portas góticas que ainda restam e marcam nitidamente os alinhamentos das vias.

O traçado da planta de Monsaraz (fig. 4) é duma grande regularidade, tanto mais impressionante quanto ela se inscreve numa topografia acidentada, propícia ao desenvolvimento de ruas tortuosas. Uma via principal, a Rua Direita, leva, depois duma flexão inicial, directamente da grande porta da muralha, situada a norte, à praça onde se situa a igreja, o tribunal, bem como o castelo. Paralela àquela, outra rua, também

central, que atravessa a povoação desde a porta quase até à outra extremidade. Por fim, temos as componentes que cortam as primeiras segundo ângulos próximos dos 90°,



Fig. 4 — Monsaraz (Portugal).

formando blocos rectangulares ou trapezoidais de edifícios. Parece, portanto, estarmos em presença dum aglomerado cujo traçado foi previamente concebido.

Embora a povoação seja anterior ⁽¹³⁾, sofreu grandes alterações com D. Dinis e é natural que a sua modificação ou extensão permitisse a adopção duma planta regular. Seria interessante encontrar ainda possíveis relações entre essa nova estrutura e a chegada de colonos, que os nossos primeiros reis sempre procuraram instalar nas regiões fronteiriças, como é o caso de Monsaraz.

No Redondo verificam-se certas variantes de estrutura em relação a Monsaraz. A grande rua, rectilínea e marginada de casas dum e doutro lado, liga as duas portas da vila. À saída da principal, onde se levanta a torre do relógio, desenvolveu-se um largo, para além do qual cresceu posteriormente a povoação; em frente da outra construiu-se um pequeno arrabalde. Sensivelmente a meio desta rua um largo, rectangular, donde provavelmente partiria uma outra via, hoje desaparecida por todo esse espaço ter sido tomado pelo Hospital da Misericórdia, que levava ao castelo, levantado na parte melhor defensável da vila.

As casas da rua principal apresentam dimensões e estruturas idênticas, dando uma porta traseira para um estreito corredor entre as casas e a muralha.

Em Vila Viçosa, dentro das muralhas da vila dionisiana apenas persiste cerca de metade do espaço construído com habitações. Mas neste troço o traçado é rigorosamente geométrico. Uma rua que parte duma das portas e que levaria ao castelo, duas outras que lhe são paralelas e uma terceira perpendicular àquelas, que leva à porta principal da vila, em cujo espaço fronteiro se desenvolveu o primeiro rossio de Vila Viçosa, hoje uma alameda e eixo central da povoação.

Entre as casas e a muralha ainda subsistem troços de um corredor, aqui muito mais largo que no Redondo, mas certamente com as mesmas funções estratégicas.

Assumar, com o tempo, perdeu não só o castelo como toda a muralha e apenas subsiste um pequeno troço da antiga cerca servindo de parede duma construção. Ao contrário de

⁽¹³⁾ Já com D. Afonso III possuía um castelo, e este rei dá-lhe foral. JOSÉ PIRES GONÇALVES, «Monsaraz e o seu termo», in *Junta Distrital de Évora*, n.º 2, 1961, p. 73.

Veiros, onde a muralha se mantém, mas todo o interior foi abandonado e está hoje ocupado por uma exploração agrícola, Açumar manteve o traçado viário primitivo e mesmo algumas das casas; pelo menos as portas góticas talhadas no granito subsistem. Note-se que no espaço onde se situou o antigo castelo, e onde desemboca a principal rua do aglomerado medieval, muda completamente o padrão morfológico, que deixa de obedecer ao traçado do resto do conjunto.

Alegrete é exemplo semelhante a Monsaraz, embora se tivesse verificado um abandono maior por parte da população, que preferiu habitar o arrabalde. Apenas a rua principal, que ligava a porta da vila ao castelo, continua habitada. Contudo, através do grande número de pequenos quintais murados, que não são mais que os espaços de antigas casas, nota-se bem o traçado de pelo menos outra rua, rectilínea e paralela à primeira. Tudo isto, não obstante uma topografia bastante acidentada.

Em certos casos, como o já citado de Veiros e o de Campo Maior, o traçado primitivo foi completamente destruído, nesta última vila quando da guerra da Restauração; noutros, apesar de ainda subsistir um traçado geométrico, ele foi de tal maneira alterado, como em Arronches, que é difícil distinguir se ele corresponde ao da fundação.

Esta pequena amostragem representa apenas uma introdução à matéria. Ficam por analisar muitos outros casos, como as povoações fundadas na mesma época no Baixo Alentejo, nas terras de Ribacoa e em Trás-os-Montes, onde persistem ainda traços elucidativos. O mesmo não se pode esperar das fundações dionisianas do Ribatejo, cuja morfologia foi completamente alterada. Além dos elementos documentais escritos de que carecemos, para levar a cabo um estudo completo será necessária uma cobertura cartográfica muito precisa e minuciosa, que deverá ir ao pormenor da casa.

* * *

O geometrismo da planta urbana não se limita nos últimos séculos da Idade Média a pequenas aglomerações fundadas durante este período. Também as cidades existentes que veri-

ficam uma maior expansão adoptam padrões morfológicos geométricos para algumas das suas novas extensões. Os exemplos não faltam em muitas das cidades europeias, grandes e médias, da época. Também no Norte de Espanha alguns dos novos bairros construídos nas cidades cristãs a partir do século XI obedecem a um plano preconcebido, com ruas rectilíneas que se cruzam por ângulos a 90° (14).

Em Portugal, embora incipiente, encontram-se alguns exemplos ainda no período medieval e justamente nas duas cidades que mais se expandiam: Lisboa e Évora (15). Na capital, as primeiras tendências aparecem no traçado do arrabalde de Santana, que já é englobado pela Cerca Fernandina; mas um desenvolvimento num espaço maior e em que as formas rectangulares se definem só aparece no século XVI, com o Bairro Alto.

Em Évora dois bons exemplos ainda no período inicial da Monarquia portuguesa: a Mouraria e a Judiaria, cuja morfologia mostra bem um intencionalismo e certamente a existência dum loteamento prévio que seguiu o padrão rectilinear, associado a um radial, mais geral. Qualquer destes casos opõe-se aos tipos de crescimento urbano mais simples: ao longo dos antigos caminhos rurais; em torno de terreiros de igrejas e palácios ou de locais de mercado.

Parece-nos que o problema da morfologia urbana geométrica, intencional, na Idade Média, se deve pôr nos seguintes termos: embora se tivesse perdido o uso dos padrões hipodâmico e romano, a organização dos exércitos, e a outra escala

(14) Ver, por exemplo, J. M. LACARRA, «El desarrollo urbano de las ciudades de Navarra y Aragon en la Edad Media», *Revista Pirineus*, 1950, pp. 5-34.

(15) D. João I elevou Évora à categoria de segunda cidade do reino, após Lisboa. O traçado da cidade de Braga, que se aparenta com o padrão geométrico do fim da Idade Média, tem no entanto um significado diferente. Trata-se, em grande medida, já duma primeira influência renascentista, pois o seu autor, D. Diogo de Sousa, estivera em Roma com Júlio II. Foi quando voltou Arcebispo de Braga que resolveu rasgar novas vias, largos e alamedas, para que Braga reflectisse como cidade a sua importância religiosa. Não conseguiu muito mais, no capítulo do traçado da planta, que aquilo que já existia em Portugal.

a arquitetura ⁽¹⁶⁾, mantiveram certas formas geométricas ao longo de um largo período em que as cidades estagnaram, decaíram ou desapareceram mesmo. Quando o rei ou grande senhor dispõe de poder e gente para levantar uma nova vila, então aparece o padrão geométrico. Quando as cidades existentes entram em grande expansão, desde que o poder central disponha de autoridade, impõe-se um padrão geométrico às novas extensões urbanas; o mesmo se passando em loteamentos, para construção, de grandes parcelas de terreno, quer do rei, quer de particulares.

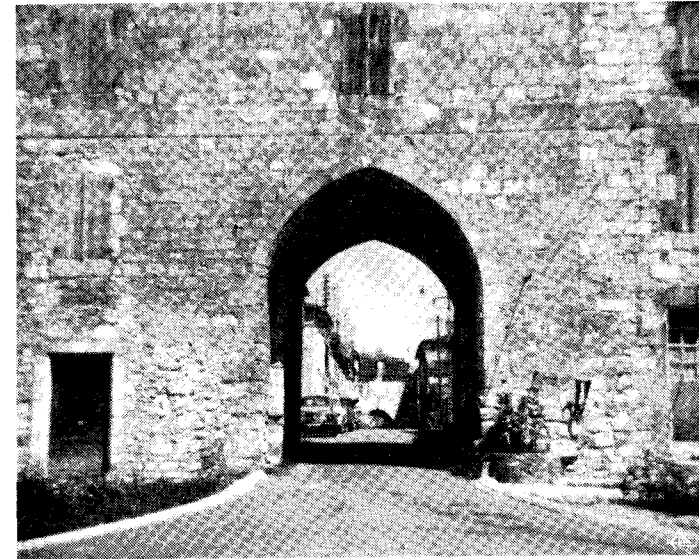
JORGE GASPAR

RÉSUMÉ

Agglomérations urbaines médiévales à plan géométrique. Le Moyen Age est souvent considéré comme une époque caractérisée par une morphologie urbaine irrégulière, mais cette idée semble fautive en ce qui concerne le Bas Moyen Age. Divers auteurs ont fourni des exemples de planification urbaine, à partir du XI^e siècle en Espagne, en France, en Italie, en Allemagne et en Angleterre. Il s'agit le plus souvent de «bastides» qui se multiplièrent surtout dans le Sud-Ouest de la France et en Allemagne, à l'Est de l'Elbe.

L'analyse des régions de diffusion et des principales caractéristiques de ces fondations urbaines conduit à la recherche d'une explication de cette apparition soudaine d'un plan géométrique au Moyen Age. En ce qui concerne la forme elle-même, l'Espagnol LEOPOLDO TORRES BALBAS présente et défend une théorie intéressante: le plan classique gréco-romain aurait survécu dans les campements militaires. Mais pourquoi cette forme est-elle adoptée à partir d'un certain moment par les réalisations urbaines? Il semble y avoir deux raisons fondamentales à cela: l'existence d'une densité suffisante d'habitants et l'intervention d'une puissante autorité administrative.

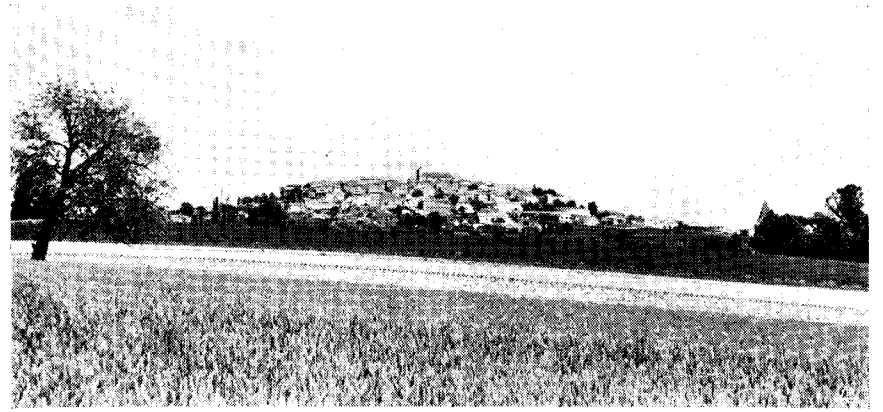
⁽¹⁶⁾ Certos autores dos séculos XIII e XIV, como SÃO TOMÁS DE AQUINO, TOLOMEU DE LUCA e o catalão FRANCEX EIXMENIC, chegam mesmo a tratar problemas de urbanização. Além dos preceitos sobre localização, situação, higiene, defesa, organização do espaço rural, que se encontram também em autores muçulmanos da época (por exemplo, IBN KALDUN), são dadas instruções de ordem morfológica. A cidade ideal de EIXMENIC (século XIV) é numa quadrícula perfeita, com uma praça central e a igreja num espaço contíguo, exactamente como se fizera em certas «bastides» (cf. J. M. HOUSTON, «The Foundation of Colonial Towns in Hispanic America», in *Urbanism and Its Problems*, editado por R. P. Beckinsale e J. M. Houston, Oxford, 1968, pp. 352-390).



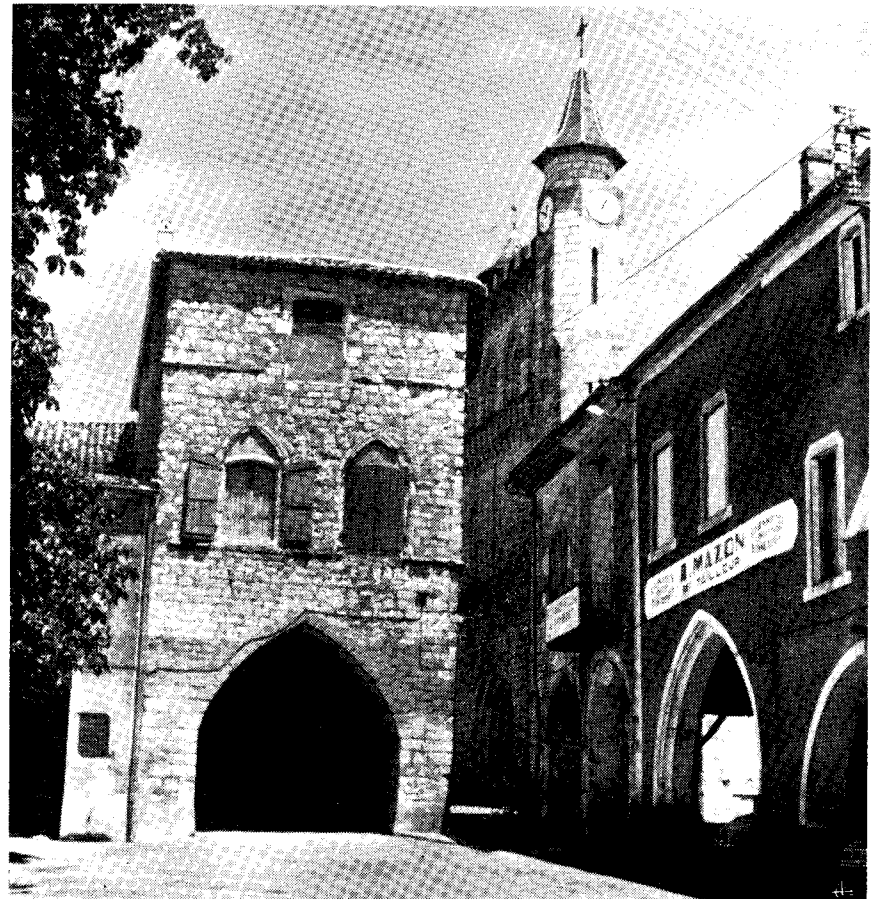
Est. I, A — Monpazier. Uma das portas principais.
Ao fundo, arco de acesso à praça.



Est. I, B — Monpazier. Rua secundária.



EST. II, A — Monflanquin. Sobre uma topografia acidentada impõe-se um traçado rectilinear.



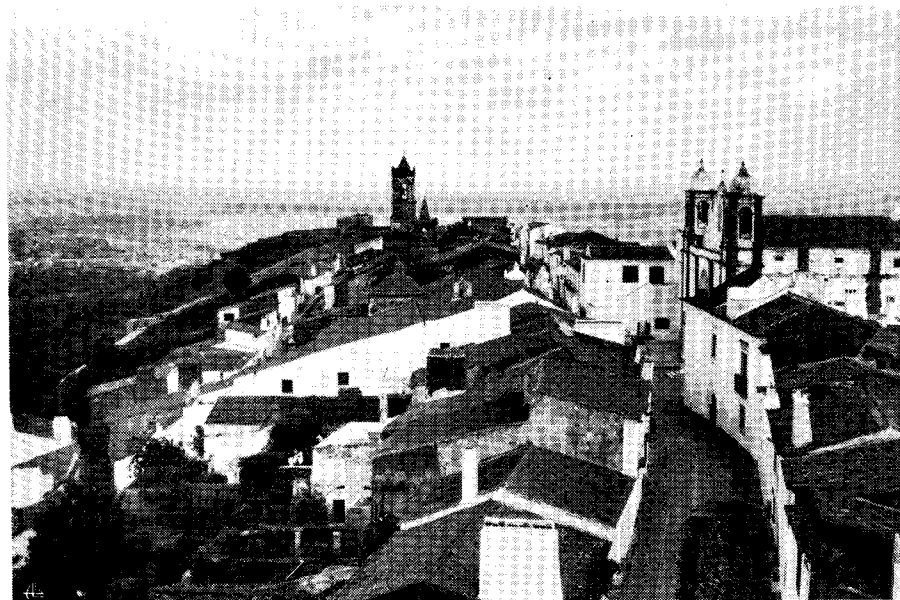
EST. II, B — Monflanquin. Pormenor da praça.
Num espaço contíguo, a igreja.



EST. III, A — Puente la Reina. Pela disposição das casas
apercebe-se a regularidade do traçado.



EST. III, B — Puente la Reina. A praça.



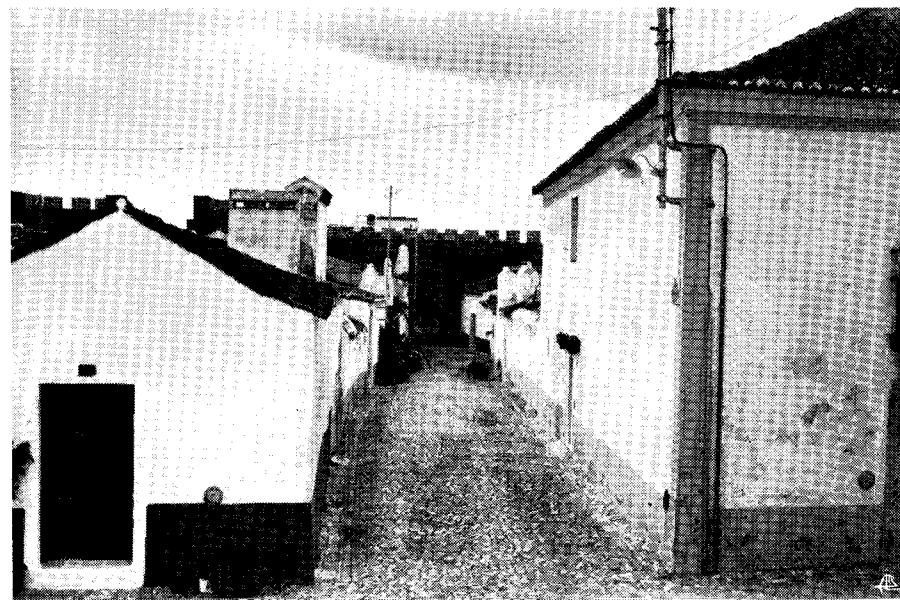
EST. IV, A — Monsaraz. As duas vias mais importantes e o largo, centro social da vila.



EST. IV, B — Monsaraz. A rua principal e o largo.



EST. V, A — Redondo. A rua que liga as duas portas da vila de D. Dinis e o desenvolvimento do largo central.



EST. V, B — Vila Viçosa. Rua secundária.



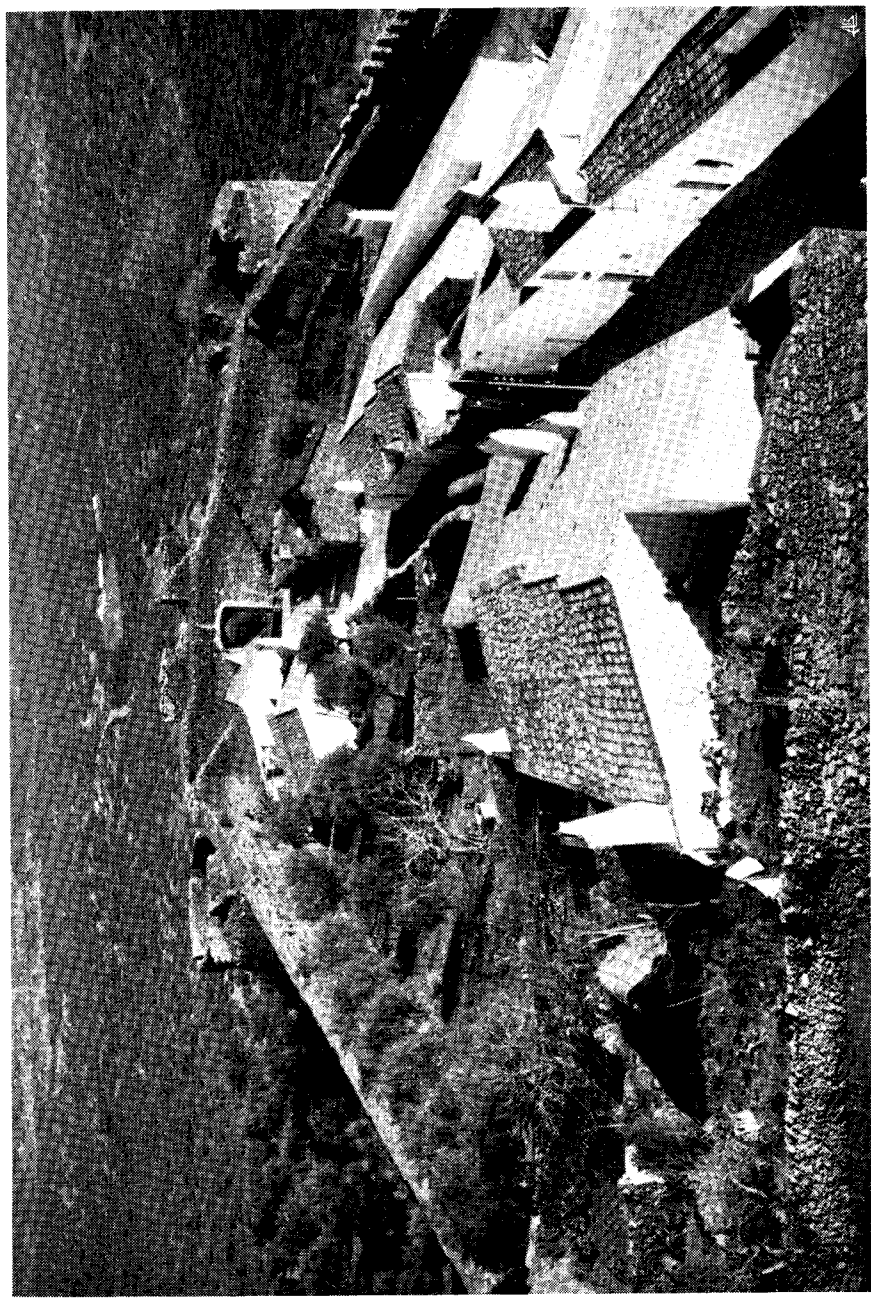
Est. VI — Alegrete. Rua que liga a porta principal ao castelo.



Est. VII, A — Assumar. Traçado rectilinear.



Est. VII, B - Assumar. Rua principal. Apesar de não ser exactamente rectilínea, a rua integra-se num padrão geométrico.



Est. VIII — Évora Monte. Rua principal e muralha medieval.

Au Portugal, c'est à partir du XIII^e siècle que se développent des agglomérations de ce type, nées de la volonté royale. Le contexte politico-économique qui les explique est analogue à celui de leurs congénères étrangères. Le plan de ces agglomérations n'est pas aussi rigide que celui des bastides françaises, il se rapproche davantage de celui des espagnoles, mais il exprime nettement le caractère intentionnel de la création. Monsaraz, Redondo, Vila Viçosa, Borba, Alegrete et Açumar sont, entre autres, des exemples indiscutables de l'existence d'une planification urbaine au XIII^e et XIV^e siècles.

Ces fondations royales apparaissent généralement dans les régions frontalières ou de colonisation récente. Les cas étudiés ici sont tous localisés dans le Haut Alentejo, mais il serait intéressant de les comparer aux agglomérations fondées à la même époque tant dans le Sud-Est de l'Alentejo que dans le Nord du Portugal.

Un plan urbain géométrique apparaît aussi dans les quartiers nouveaux des villes portugaises qui se développèrent le plus au Moyen Age: Lisbonne et Évora.

Il semble donc que le problème du plan urbain géométrique intentionnel au Moyen Age doive être posé de la façon suivante: bien que l'usage des normes urbaines de l'Antiquité classique se soit perdu, l'organisation des armées et l'architecture maintinrent en usage certaines formes géométriques à une époque où les villes stagnaient, diminuaient ou arrivaient même à disparaître. C'est lorsque le roi ou un grand seigneur dispose d'assez de pouvoir et d'assez de gens pour fonder une agglomération nouvelle, quand les villes se développent et que le pouvoir central affirme son autorité, que le plan géométrique apparaît.